



Vilas
Complexo Eólico

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2025**

Ventos de Serra do Mel B S.A.

CNPJ Nº 32.671.592/0001-60

www.copel.com copel@copel.com

Lote 22, Vila Paraíba, Zona Rural, Serra do Mel - RN, CEP 59.663-000

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
1. A COMPANHIA	4
2. ORGANOGRAMA	4
3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (em milhares de reais)	5
4. POLÍTICA DE EQUIDADE	5
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
Balanço Patrimonial.....	6
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido	8
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
1. Contexto Operacional	11
2. Base de Preparação	11
3. Políticas Contábeis Materiais	12
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	15
5. Clientes	15
6. Títulos e Valores Mobiliários	15
7. Investimentos	15
8. Imobilizado	16
9. Partes Relacionadas	16
10. Fornecedores	17
11. Empréstimos e Financiamentos	17
12. Direito de Uso e Passivo de arrendamentos	18
13. Provisões para litígios e passivos contingentes	19
14. Outras Contas a Pagar	19
15. Patrimônio Líquido	20
16. Receita Operacional Líquida	20
17. Custos e Despesas Operacionais	21
18. Resultado Financeiro	22
19. Imposto de Renda e Contribuição Social	22
20. Instrumentos Financeiros	23
21. Seguros	25
22. Transações que não envolvem caixa	25
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES	27
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	28

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A Ventos de Serra do Mel B S.A. (Companhia), em atendimento aos compromissos societários e às boas práticas de governança corporativa, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2025, acompanhadas do relatório do auditor independente. A Diretoria da Companhia está à disposição para prestar os esclarecimentos adicionais que eventualmente se tornem necessários.

Curitiba, 31 de março de 2026

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO
REZENDE**
Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO
Diretor Administrativo-Financeiro

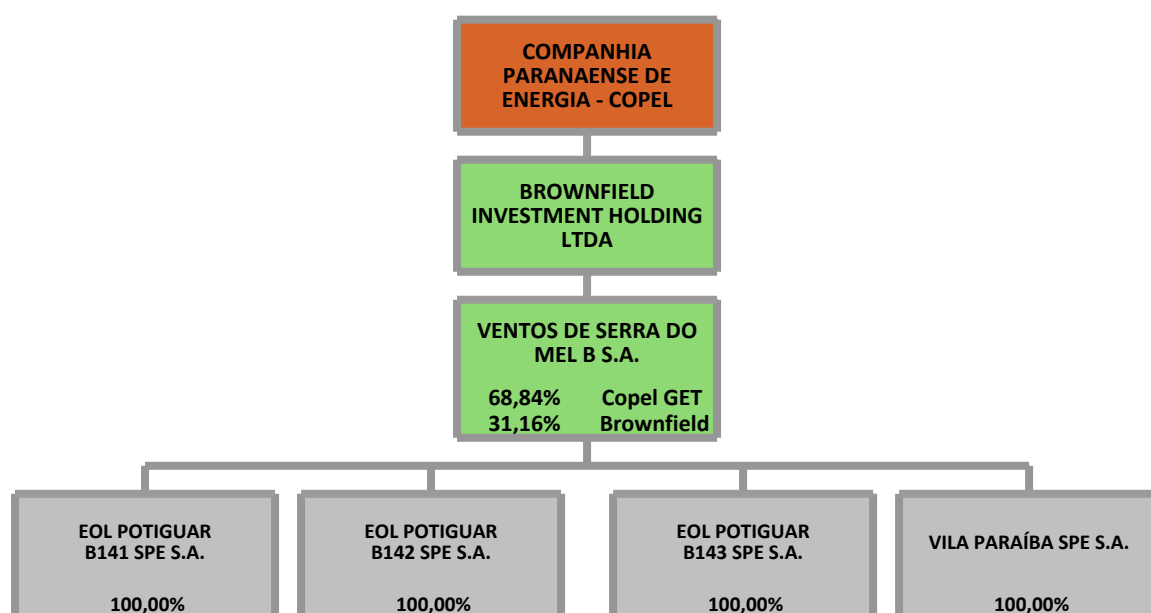
1. A COMPANHIA

A Ventos de Serra do Mel B é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, controlada pela Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) que por sua vez, é subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Tem por objeto social a gestão de participações societárias, atuando como holding de SPEs que, por sua vez, tem como objetivo a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento por fonte eólica.

A Companhia, localizada no Município de Serra do Mel, no Estado do Rio Grande do Norte, é controladora (100% das ações) das SPEs EOL Potiguar B141 SPE S.A., EOL Potiguar B142 SPE S.A., EOL Potiguar B143 SPE S.A. e Ventos de Vila Paraíba IV, produtoras de energia eólica, as quais, junto com a EOL Potiguar B61, controlada da Copel GeT, formam o Complexo Eólico Vilas.

2. ORGANOGRAMA

ORGANOGRAMA - PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA 31.12.2025



As quatro SPEs, localizadas no Município de Serra do Mel, no Estado do Rio Grande do Norte, firmaram Contrato de Comercialização de Energia Elétrica (CCEAR) na modalidade de Quantidade de energia elétrica no 28º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimento de Geração realizado em 31.08.2018.

A seguir são apresentadas as principais informações do parque gerador e da energia produzida:

Empreendimentos	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) (1)	Preço/MWh (2)	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
EOL Vila Maranhão I	32,0	17,8	97,3	135,59	11.02.2021	11.01.2054
EOL Vila Maranhão II	32,0	17,8	97,9	135,59	31.03.2021	14.01.2054
EOL Vila Maranhão III	32,0	16,6	98,5	135,59	29.09.2020	14.01.2054
EOL Vila Ceará I	32,0	17,8	89,8	135,59	19.12.2020	14.01.2054
Total das Eólicas	128,0	70,0	383,5			

(1) Valores referentes ao total bruto gerado em 2025.

(2) Preço atualizado até dezembro/2025.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (em milhares de reais)

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2025	2024	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	543.708	510.603	6,5
Caixa e equivalentes de caixa	34.053	34.722	(1,9)
Títulos e valores mobiliários - garantias de contratos de dívidas	11.933	10.716	11,4
Dívida total	316.312	328.052	(3,6)
Dívida líquida	270.326	282.614	(4,3)
Receita operacional bruta	96.460	82.756	16,6
Deduções da receita	(3.521)	(3.011)	16,9
Receita operacional líquida (ROL)	92.939	79.745	16,5
Custos e despesas operacionais	(44.211)	(76.279)	(42,0)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	48.728	3.466	1.305,9
Ebitda ou Lajida (a)	71.826	26.504	171,0
Resultado financeiro	(18.192)	(24.344)	(25,3)
IRPJ/CSLL	(5.435)	(4.019)	35,2
Lucro operacional	30.536	(20.877)	(246,3)
Lucro líquido do exercício	25.101	(24.896)	(200,8)
Patrimônio líquido	178.661	149.521	19,5
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	2,7	2,2	22,7
Liquidez geral (índice)	0,3	0,2	50,0
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou Lajida/ROL) (%)	77,3	33,2	132,8
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	177,0	219,4	(19,3)
Margem operacional (lucro operacional/ROL) (%)	32,9	(26,2)	(225,6)
Margem líquida (lucro líquido/ROL) (%)	27,0	(31,2)	(186,5)
Participação de capital de terceiros (%)	67,1	70,7	(5,1)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (b)	14,0	(16,7)	(183,8)

(a) Ebitda ou Lajida - Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

(b) Lucro Líquido ÷ Patrimônio Líquido

4. POLÍTICA DE EQUIDADE

A Copel defende a equidade como o tratamento justo e isonômico a ser dispensado a cada uma das partes interessadas (conforme as suas especificidades e demandas), sempre baseado em respeito, diversidade, inclusão e igualdade de direitos e oportunidades. A equidade estimula a competitividade e constrói um ambiente que viabiliza decisões mais assertivas e justas, com atenção especial a grupos vulneráveis e sujeitos à discriminação.

Para a Copel, o compromisso com a equidade de gênero e com o papel da mulher no Brasil e no mundo são uma missão de todos. Por isso, constitui pilar fundamental dentre as suas diretrizes estratégicas e está refletido nos seus documentos empresariais, em especial no Código de Conduta e nas Políticas de Sustentabilidade, de Governança Corporativa, de Gestão de Pessoas e de Indicação, Remuneração e Avaliação Anual de Desempenho.

A Companhia, adota as políticas de sua controladora e possui dois diretores responsáveis pela tomada de decisões, não dispondo de empregados próprios nem de conselho de administração constituído, sendo que as matérias relevantes são submetidas à deliberação da Assembleia Geral.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balço Patrimonial

em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	219	261	34.053	34.722
Clientes	5	—	—	62.580	8.458
Dividendos a receber	9	5.942	—	—	—
Outros créditos		4	4	246	246
Imposto de renda e contribuição social		558	456	984	756
Outros tributos a recuperar		—	—	50	4
Despesas antecipadas		—	3	1.138	1.116
		6.723	724	99.051	45.302
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	—	—	11.933	10.716
		—	—	11.933	10.716
Investimentos	7	178.983	149.903	—	—
Imobilizado	8	—	—	409.505	433.654
Intangível		—	—	2.271	563
Direito de uso	12.1	—	—	20.948	20.368
		178.983	149.903	444.657	465.301
TOTAL DO ATIVO		185.706	150.627	543.708	510.603

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE					
Partes relacionadas	9	1	—	292	332
Fornecedores	10	101	101	13.061	4.476
Imposto de renda e contribuição social		3	—	1.980	933
Outras obrigações fiscais		—	26	410	288
Empréstimos e financiamentos	11	—	—	12.071	12.393
Dividendos a pagar	9	6.940	979	6.940	979
Passivo de arrendamentos	12.2	—	—	153	154
Outras contas a pagar	14	—	—	1.347	1.338
		7.045	1.106	36.254	20.893
NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuição social diferidos		—	—	902	372
Empréstimos e financiamentos	11	—	—	304.241	315.659
Passivo de arrendamentos	12.2	—	—	22.185	21.262
Outras contas a pagar	14	—	—	1.465	2.896
		—	—	328.793	340.189
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	15.1	123.719	123.719	123.719	123.719
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.1	10.000	—	10.000	—
Reserva legal	15.2	5.533	4.278	5.533	4.278
Reserva de retenção de lucros	15.2	21.524	21.524	21.524	21.524
Dividendo adicional proposto	15.3	17.885	—	17.885	—
		178.661	149.521	178.661	149.521
TOTAL DO PASSIVO		185.706	150.627	543.708	510.603

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Em milhares de reais)

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	–	–	92.939	79.745
Custos Operacionais	17	(4)	(9)	(42.483)	(72.242)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO		(4)	(9)	50.456	7.503
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	17	–	–	27	(32)
Despesas gerais e administrativas	17	(36)	(96)	(2.694)	(3.536)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	–	–	939	(468)
Resultado da equivalência patrimonial	7	25.022	(24.828)	–	–
		24.986	(24.924)	(1.728)	(4.036)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		24.982	(24.933)	48.728	3.467
Resultado Financeiro	18				
Receitas financeiras		136	37	6.366	4.640
Despesas financeiras		–	–	(24.558)	(28.984)
		136	37	(18.192)	(24.344)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		25.118	(24.896)	30.536	(20.877)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19				
Imposto de renda e contribuição social		(16)	–	(4.905)	(4.463)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		–	–	(530)	444
		(16)	–	(5.435)	(4.019)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		25.102	(24.896)	25.101	(24.896)
RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - em reais	15.4				
Ações ordinárias		0,20289	(0,20123)	0,20289	(0,20123)

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	25.102	(24.896)	25.101	(24.896)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	25.102	(24.896)	25.101	(24.896)

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Em milhares de reais)

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de Lucros			Prejuízos acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 1º de janeiro de 2024		123.719	—	4.278	46.420	4.893	—	179.310
Prejuízo do exercício		—	—	—	—	—	(24.896)	(24.896)
Deliberação de dividendo adicional proposto		—	—	—	—	(4.893)	—	(4.893)
Destinação proposta à A.G.O.:								
Absorção de prejuízo	15.3	—	—	—	(24.896)	—	24.896	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024		123.719	—	4.278	21.524	—	—	149.521
Lucro do exercício		—	—	—	—	—	25.102	25.102
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.1	—	10.000	—	—	—	—	10.000
Destinação proposta à A.G.O.:								
Reserva Legal	15.2	—	—	1.255	—	—	(1.255)	—
Dividendos	15.3	—	—	—	—	—	(5.962)	(5.962)
Dividendo adicional proposto	15.3	—	—	—	—	17.885	(17.885)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025		123.719	10.000	5.533	21.524	17.885	—	178.661

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		25.102	(24.896)	25.101	(24.896)
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais					
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		—	—	24.319	28.974
Imposto de renda e contribuição social	19	16	—	4.905	4.463
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	—	—	530	(444)
Resultado da equivalência patrimonial	7	(25.022)	24.828	—	—
Depreciação		—	—	23.098	23.037
Ressarcimento do curtailment		—	—	(52.491)	—
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas		—	—	(27)	32
Resultado das baixas de imobilizado	8.1	—	—	—	871
Resultado baixas de direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos líquidos		—	—	—	(63)
		96	(68)	25.435	31.974
Redução (aumento) dos ativos					
Clientes		—	—	(1.604)	3.981
Dividendos recebidos		—	6.529	—	—
Outros créditos		—	1	—	3
Imposto de renda e contribuição social		(102)	(25)	(228)	170
Outros tributos a recuperar		—	—	(46)	—
Despesas antecipadas		3	2	(22)	59
		(99)	6.507	(1.900)	4.213
Aumento (redução) dos passivos					
Partes relacionadas		1	(38)	(40)	(219)
Fornecedores		—	2	8.585	84
Outras obrigações fiscais		(27)	—	122	(120)
Outras contas a pagar		—	—	248	(50)
		(26)	(36)	8.915	(305)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
		(29)	6.403	32.450	35.882
Imposto de renda e contribuição social pagos		(13)	—	(3.858)	(4.461)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	11.2	—	—	(23.940)	(28.062)
Encargos de passivos de arrendamento pagos	12.2.1	—	—	(1.181)	(1.102)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
		(42)	6.403	3.471	2.257
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		—	—	(1.217)	2.267
Aportes em investimentos	7	(10.000)	—	—	—
Aquisições de intangível		—	—	(1.714)	(410)
Aquisições de imobilizado	8.1	—	—	(115)	(31)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO (GERADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
		(10.000)	—	(3.046)	1.826
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	11	—	—	(10.938)	(12.029)
Amortização de principal de passivos de arrendamentos	12.2.1	—	—	(156)	(103)
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	15.1	10.000	—	10.000	—
Dividendos pagos		—	(6.265)	—	(6.265)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
		10.000	(6.265)	(1.094)	(18.397)

TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(42)	138	(669)	(14.314)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	261	123	34.722	49.036
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	219	261	34.053	34.722
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(42)	138	(669)	(14.314)

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Ventos de Serra do Mel B S.A. (Companhia ou Controladora) com sede na Vila Paraíba, Lote 22, Zona Rural, Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte, é uma sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela Copel Geração e Transmissão S.A (Copel GeT) e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel), que tem por objeto o desenvolvimento, a implantação e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica a partir de fontes eólicas localizadas no município de Serra do Mel, no estado do Rio Grande do Norte, e comercialização de energia elétrica, por meio de suas participações societárias.

1.1. Participações societárias

Usina eólica	Autorização	Vencimento
Potiguar B141	Portaria MME nº 2/2019	08.01.2054
Potiguar B142	Portaria MME nº 12/2019	08.01.2054
Potiguar B143	Portaria MME nº 13/2019	08.01.2054
Ventos de Vila Paraíba IV	Portaria MME nº 10/2019	08.01.2054

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (IFRS® Accounting Standards), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 31.03.2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Copel e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como aquelas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são as seguintes:

- NEs nº 3.3 e 8 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nº 3.4 e 8.1 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nº 3.5 e 12 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nº 3.6 e 16 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados.

2.5. Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

Para equacionar a capacidade financeira de curto prazo da Companhia, que apresenta capital circulante líquido negativo, a Administração vem monitorando a evolução da liquidez e adotando ações para equacionamento da capacidade financeira de curto prazo, tais como adequação do programa de investimentos, manutenção de ações de redução de custos e alongamento da dívida.

3. Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Base de consolidação

3.1.1. Controladas

As controladas são as entidades em que a Companhia detém o controle. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, sendo, inicialmente, reconhecidos ao custo.

3.2. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado. Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação ocorre de forma prospectiva.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.2.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.2.2. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.2.3. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.4. Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.3. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

3.4. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.4.1. Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.4.2. Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.5. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Provisões para desmantelamento ou descomissionamento de ativos, quando atenderem aos critérios de reconhecimento e mensuração, são contabilizadas em contrapartida ao custo do respectivo ativo, a valor presente. O ativo é depreciado juntamente com os itens de imobilizado, enquanto o passivo é reconstituído pela passagem do tempo. Caso haja revisão dos montantes provisionados, se estes não decorrerem apenas da passagem do tempo, são reconhecidos novamente em contrapartida ao custo do ativo e depreciados até o fim da vida útil.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.6. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação, considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagá-la quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

3.7. Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2025

A partir de 1º.01.2025 estão vigentes as alterações de normas a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade;
- (ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto;
- (iii) ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial;
- (iv) OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

3.8. Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as normas novas e/ou revisadas abaixo:

- (i) CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (a partir de 1º.01.2026);
- (ii) IFRS 18/CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (a partir de 1º.01.2027);
- (iii) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (a partir de 1º.01.2027);

(iv) Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11 (a partir de 1º.01.2026);

(v) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e bancos conta movimento	16	8	10.931	9.633
Aplicações financeiras de liquidez imediata	203	253	23.122	25.089
	219	261	34.053	34.722

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas entre 70,00% e 98,00% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Clientes

Consolidado	Saldos vincendos	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2025	31.12.2024
Contrato bilaterais - Ambiente de contratação livre	5.476	15	5.491	4.060
Contratos regulados	4.605	–	4.605	4.430
CCEE (a)	52.488	–	52.488	–
(-) Perdas de créditos esperadas	(4)	–	(4)	(32)
	62.565	15	62.580	8.458

(a) Contempla o valor de ressarcimento do curtailment (NE n° 17.2)

6. Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Indexador	Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024
Cotas de fundos de investimentos	CDI (a)	11.933	10.716
	Não circulante	11.933	10.716

(a) Certificado de Depósito Interbancário - CDI

Os recursos referentes a Cotas de fundos de investimentos são vinculados aos contratos de empréstimos financiamentos com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (NE n° 11).

7. Investimentos

Controladora	Saldo em 1º.01.2024	Equivalência patrimonial	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2024	Equivalência patrimonial	AFAC	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2025
EOL Potiguar B141 7820	43.255	(6.465)	(1.446)	35.344	5.204	5.300	(1.235)	44.613
EOL Potiguar B142 7830	46.213	(6.649)	(1.374)	38.190	5.436	4.700	(1.290)	47.036
EOL Potiguar B143 7840	44.254	(6.206)	(750)	37.298	7.897	–	(1.876)	43.319
EOL Ventos de Vila Paraíba IV 7850	45.908	(5.508)	(1.329)	39.071	6.485	–	(1.541)	44.015
	179.630	(24.828)	(4.899)	149.903	25.022	10.000	(5.942)	178.983

8. Imobilizado

A Companhia e suas controladas registram no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e industriais para geração de energia elétrica.

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2025	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2024
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	515.398	(106.009)	409.389	517.036	(83.413)	433.623
	515.398	(106.009)	409.389	517.036	(83.413)	433.623
Em curso						
Custo	116	–	116	31	–	31
	116	–	116	31	–	31
	515.514	(106.009)	409.505	517.067	(83.413)	433.654

8.1. Mutação do imobilizado

Consolidado	Saldo em 1º.01.2024	Adições	Provisão para descomissionamento	Depreciação	Baixas	Saldo em 31.12.2024	Adições	Provisão para descomissionamento	Depreciação	Transferências	Saldo em 31.12.2025
Em serviço											
Máquinas e equipamentos	454.328	–	2.676	(22.572)	(871)	433.623	–	(1.670)	(22.594)	30	409.389
	454.328	–	2.676	(22.572)	(871)	433.623	–	(1.670)	(22.594)	30	409.389
Em curso											
Custo	62	31	–	–	–	31	115	–	–	(30)	116
	62	31	–	–	–	31	115	–	–	(30)	116
	454.390	31	2.676	(22.572)	(871)	433.654	115	(1.670)	(22.594)	–	409.505

A taxa média de depreciação é de 4,39% a.a. (4,39% em 2024).

A Administração da Companhia monitora continuamente o ambiente de negócios e, nesse sentido, avaliou os ativos em operação e não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável dos ativos.

9. Partes Relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos de Partes Relacionadas destacados em linhas específicas do balanço patrimonial.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Ativo Circulante				
Controladas				
Dividendos a receber				
EOL Potiguar B141	1.236	–	–	–
EOL Potiguar B142	1.291	–	–	–
EOL Potiguar B143	1.875	–	–	–
Ventos de Vila Paraíba IV	1.540	–	–	–
	5.942	–	–	–
Passivo Circulante				
Controlador				
Brownfield - dividendos	2.163	305	2.163	305
Copel Geração e Transmissão - Dividendos	4.777	674	4.777	674
Controlador (a)				
Copel Geração e Transmissão	1	–	199	246
Entidade sob controle comum (a)				
Copel Distribuição S.A.	–	–	93	86
	6.941	979	7.232	1.311

(a) Os saldos se referem a contratos de compartilhamento de despesas de pessoal e administradores e de serviços celebrados entre a Copel e suas subsidiárias diretas e indiretas.

Adicionalmente, o quadro a seguir apresenta os saldos decorrentes das demais transações relevantes com partes relacionadas efetuadas pela Companhia, exceto transações de operações em ambiente regulado, registradas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores:

	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Controladores								
Copel Geração e Transmissão S.A.								
Serviços de Operação e Manutenção	-	-	290	-	-	-	(1.732)	-
Compra e venda de energia	-	-	-	-	6.716	-	-	-
Entidades sob controle comum								
Copel Distribuição S.A.								
Suprimento de energia	-	-	-	-	1.760	1.684	-	-
Copel Comercialização S.A.								
Compra e venda de energia	852	-	-	-	6.106	3.926	(2.826)	-
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais	-	-	-	-	-	-	(39)	(81)
Planos previdenciários e assistenciais	-	-	-	-	-	-	(3)	(6)
	852	-	290	-	14.582	5.610	(4.600)	(87)

No que diz respeito ao pessoal chave da administração, não há outros benefícios além do que está apresentado no quadro acima.

10. Fornecedores

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Materiais e serviços	3.452	3.322
Encargos de uso da rede elétrica	868	829
Energia elétrica	8.741	325
	13.061	4.476

11. Empréstimos e Financiamentos

Os contratos tiveram o objetivo de financiar a construção e implantação dos empreendimentos eólicos.

Consolidado	Garantias	31.12.2025	31.12.2024
Empresa			
EOL Potiguar B141	Fiança bancária, com contraprestação fidejussória da Copel GET.	79.649	82.636
EOL Potiguar B142		79.665	82.654
EOL Potiguar B143		79.373	82.352
EOL Ventos de Vila Paraíba IV		80.766	83.787
	Total moeda nacional	319.453	331.429
	Dívida bruta	319.453	331.429
	(-) Custo de transação	(3.141)	(3.377)
	Dívida líquida	316.312	328.052
	Circulante	12.071	12.393
	Não circulante	304.241	315.659

O custo médio da dívida em taxa nominal em 2025 é de 6,39% (7,01% em 2024), o que equivale a 42,88% do CDI (57,70% do CDI em 2024).

11.1. Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2025	Consolidado		
	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2027	12.726	(234)	12.492
2028	15.138	(235)	14.903
2029	16.816	(235)	16.581
2030	16.519	(235)	16.284
2031	19.850	(235)	19.615
Após 2031	226.095	(1.729)	224.366
	307.144	(2.903)	304.241

11.2. Mutação de empréstimos e financiamentos

Consolidado	Total
Em 1º.01.2024	340.490
Encargos	27.653
Amortização - principal	(12.029)
Pagamento - encargos	(28.062)
Em 31.12.2024	328.052
Encargos	23.138
Amortização - principal	(10.938)
Pagamento - encargos	(23.940)
Em 31.12.2025	316.312

12. Direito de Uso e Passivo de arrendamentos

12.1. Direito de uso de ativos

Consolidado	Saldo em 1º.01.2024	Adições	Amortização	Saldo em 31.12.2024	Adições	Amortização	Saldo em 31.12.2025
Imóveis	18.036	2.792	(460)	20.368	1.078	(498)	20.948
	18.036	2.792	(460)	20.368	1.078	(498)	20.948

12.2. Passivo de arrendamentos

12.2.1. Mutação do passivo de arrendamentos

Consolidado	Total
Em 1º.01.2024	18.791
Adições	2.791
Encargos	1.102
Pagamento - principal	(103)
Pagamento - encargos	(1.102)
Baixas	(63)
Em 31.12.2024	21.416
Adições	1.078
Encargos	1.181
Pagamento - principal	(156)
Pagamento - encargos	(1.181)
Em 31.12.2025	22.338
	Circulante 153
	Não circulante 22.185

12.2.2. Vencimentos das parcelas de longo prazo

Consolidado	Total
2027	1.364
2028	1.364
2029	1.364
2030	1.364
2031	1.364
Após 2031	47.614
Valores não descontados	54.434
Juros embutidos	(32.249)
Saldo passivo arrendamento em 31.12.2025	22.185

12.2.3. Direito potencial de PIS/Cofins a recuperar

Segue quadro indicativo do direito potencial de PIS/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamentos conforme os períodos previstos para pagamento.

Consolidado	Nominal	Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	78.072	32.130

12.3. Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

Consolidado	Saldo conforme o CPC 06 (R2) IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	%
Passivo de arrendamentos	22.338	26.424	18,29 %
Direito de uso de ativos	20.948	21.749	3,82 %
Despesa Financeira	1.181	1.379	16,77 %
Despesa de amortização	498	514	3,21 %
	44.965	50.066	

Na mensuração e na remensuração do Passivo de arrendamento e do Direito de uso é utilizada a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada. Tendo em vista a imprevisibilidade das taxas de juros de longo prazo no cenário econômico brasileiro, a Companhia apresenta no quadro acima os saldos comparativos entre o registrado conforme a norma e o valor que seria registrado se considerada a inflação projetada.

13. Provisões para litígios e passivos contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.5 são atendidos. Em 31.12.2025 e 31.12.2024, não há ações cujas perdas são consideradas prováveis, portanto, a Companhia e suas controladas não constituíram provisões para litígios.

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2025 o saldo de passivos contingentes de R\$ 2.184 se refere aos processos regulatórios.

14. Outras Contas a Pagar

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Provisão para descomissionamento parques eólicos (a)	1.463	2.896
Entidades Seguradoras - Prêmio a Pagar	1.291	1.294
Taxa de fiscalização	58	44
	2.812	4.234
Circulante	1.347	1.338
Não circulante	1.465	2.896

(a) Provisão calculada com base no valor atual dos custos futuros de desmantelamento dos parques eólicos, contabilizada em contrapartida ao Imobilizado (NE nº 8.1). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento dos parques eólicos.

15. Patrimônio Líquido

15.1. Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2025, no valor de R\$ 123.719 (R\$ 123.719 em 31.12.2024), é composto por 123.718.732 ações ordinárias sendo 85.162.582 ações ordinárias pertencentes à Copel GeT e 38.556.150 ações ordinárias pertencentes à Brownfield Investment Holding S.A.

Nos ano de 2025 a Companhia recebeu Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC no valor total de R\$ 10.000 a ser integralizado na Assembleia Geral que será realizada em abril de 2026.

15.2. Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa a cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976, e é constituída com base em Orçamento de Capital proposto pelos órgãos da Administração para deliberação da Assembleia Geral, quando aplicável.

15.3. Proposta para distribuição de dividendos

	31.12.2025	31.12.2024
Cálculo dos dividendos		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	25.102	(24.896)
(-) Absorção do Prejuízo Acumulado	—	24.896
Lucro líquido ajustado	25.102	—
Reserva legal (5%)	(1.255)	—
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	23.847	—
Dividendos mínimos obrigatórios	5.962	—
Dividendos adicionais propostos	17.885	—
Total de dividendos	23.847	—
Valor do dividendo por ação	0,192752	—

15.4. Resultado Líquido básico e diluído por ação

Controladora	31.12.2025	31.12.2024
Numerador		
Lucro líquido (prejuízo) atribuído à acionista controladora	25.101	(24.896)
Denominador		
Média ponderada das ações (em unidades)	123.718.730	123.718.730
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	0,20289	(0,20123)

16. Receita Operacional Líquida

Consolidado	31.12.2025	31.12.2024
Contratos bilaterais	55.994	46.321
Contratos regulados	37.751	36.110
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	1	97
Outras receitas	2.714	228
(-) PIS/Pasep e Cofins	(3.521)	(3.011)
	92.939	79.745

17. Custos e Despesas Operacionais

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	31.12.2025	31.12.2024
Energia elétrica comprada para revenda	(43.545)	–	–	–	(43.545)	(21.759)
Encargos de uso da rede elétrica	(10.238)	–	–	–	(10.238)	(9.836)
Pessoal e administradores	–	–	(998)	–	(998)	(1.337)
Planos previdenciário e assistencial	–	–	(139)	–	(139)	(200)
Material	(6)	–	–	–	(6)	(38)
Serviços de terceiros	(14.411)	–	(889)	–	(15.300)	(15.761)
Depreciação e amortização	(23.098)	–	–	–	(23.098)	(23.038)
Provisões e reversões	–	27	–	–	27	(32)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (a)	48.815	–	(666)	939	49.088	(4.277)
	(42.483)	27	(2.692)	939	(44.209)	(76.278)

(a) Contempla valores de arrendamentos (NE nº 17.1) e de curtailment (NE nº 17.2)

17.1. Compromissos estimados de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

No saldo dos outros custos e despesas operacionais líquidos, estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

Consolidado	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	31.12.2025
Arrendamento de terrenos	43	138	19.313	19.494

17.2. Ressarcimento de curtailment

Em 25.11.2025 foi publicada a Lei nº 15.269/2025 que modernizou o marco regulatório do setor elétrico brasileiro e que dispõe, dentre outros dispositivos, que os titulares de usinas com outorga de geração de energia eólica ou solar fotovoltaica conectadas ao SIN passam a ter prerrogativa de celebrar termo de compromisso com o poder concedente, com vistas a compensar os custos decorrentes de cortes de geração (*curtailment*) relativos à indisponibilidade externa e ao atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica da operação, no período compreendido entre 01.09.2023 e a data de publicação da nova lei, qual seja, 25.11.2025. Como contrapartida pela assinatura do termo de compromisso, os agentes signatários devem renunciar formalmente à eventuais ações judiciais em curso que tratem de compensações ligadas ao mesmo tema, garantindo ainda, às partes, a isenção do pagamento de honorários de sucumbência das referidas ações. Por fim, a nova lei disciplina que o pagamento das compensações pelo poder concedente será destinado primordialmente à quitação de eventuais ressarcimentos, passados ou futuros, devidos pelo agente e que ainda não tenham sido liquidados, no âmbito da CCEE.

A Companhia está monitorando a regulamentação do novo dispositivo legal, em especial a Consulta Pública MME nº 210/2025, aberta em 31.12.2025 e com prazo limite para contribuições finalizado em 16.01.2026. Em dezembro de 2025, em Reunião de Diretoria, a Copel GeT deliberou pela adesão ao Termo de Compromisso pelas Sociedades de Propósito Específicos - SPEs eólicas sob seu controle, renunciando à ação judicial, respeitadas as condições basilares do acordo previstas Lei 15.269/2025. Deste modo, com base nas premissas disponíveis, a Ventos de Serra do Mel apurou os valores do direito à compensação financeira de restrições de geração sofridas por indisponibilidade externa e por atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica da operação ocorridas no período compreendido entre 01.09.2023 e 25.11.2025 e efetuou o registro do ganho de R\$ 52.489 no resultado de 2025, dos quais R\$ 50.898 nas rubricas de recuperação de custos (Custos operacionais) e de Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas e R\$ 1.591 na receita financeira.

18. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	30	18	4.650	4.617
Outras receitas financeiras	113	21	1.723	25
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(7)	(2)	(7)	(2)
	136	37	6.366	4.640
(-) Despesas financeiras				
Juros arrendamento	—	—	1.181	1.102
Variação monetária e encargos da dívida	—	—	23.137	27.655
AVP sobre desmantelamento	—	—	237	219
Outras despesas financeiras	—	—	3	8
	—	—	24.558	28.984
Líquido	136	37	(18.192)	(24.344)

19. Imposto de Renda e Contribuição Social

Consolidado	31.12.2025		31.12.2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Livre - ACL	55.994	55.994	46.321	46.321
Receita de Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	—	—	97	97
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR	37.751	37.751	36.071	36.071
Outras Receitas	—	—	228	228
Alíquota sobre a receita bruta	8 %	12 %	8 %	12 %
Base de cálculo	7.500	11.249	6.617	9.926
Receita Financeira	6.230	6.230	4.640	4.640
(-) Receita Financeira Provisionada	(1.558)	(1.558)	1.306	1.306
Base de cálculo Receita Financeira	4.672	4.672	5.946	5.946
Outras Receitas	1.501	1.501	—	—
(=) Base de cálculo	13.673	17.422	12.563	15.872
Alíquotas vigentes	15 %	9 %	15 %	9 %
Adicional	10 %	—	10 %	—
Imposto de renda e contribuição social	3.337	1.568	3.039	1.424
Receita Financeira Provisionada	1.558	1.558	(1.306)	(1.306)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	390	140	(326)	(118)

19.1. Reforma tributária do consumo

Em 2023, foi instituída a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, com regulamentações sancionadas em 2024 e 2025, estabelecendo um novo modelo de tributação com implementação gradual, ainda sujeito a regulamentações complementares e definições operacionais por parte das autoridades competentes. Considerando a relevância e a complexidade do tema, a Companhia constituiu grupo multidisciplinar para avaliar os potenciais impactos sobre suas operações, posição patrimonial, resultados, fluxos de caixa, sistemas, processos e controles internos.

Com base em estudos iniciais, a Administração definiu e iniciou, ao longo de 2025, plano estruturado de adequação às novas exigências legais e operacionais, incluindo revisão de processos e atualização de sistemas. Em 2026, a Companhia dará continuidade às ações, com foco nas alterações previstas para 2027, mantendo monitoramento contínuo da evolução legislativa e refletindo prospectivamente em suas demonstrações financeiras eventuais impactos decorrentes de mudanças futuras.

20. Instrumentos Financeiros

20.1. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Consolidado	NE n°	Nível	31.12.2025		31.12.2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	2	34.053	34.053	34.722	34.722
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	11.933	11.933	10.716	10.716
			45.986	45.986	45.438	45.438
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		62.580	62.580	8.458	8.458
			62.580	62.580	8.458	8.458
Total dos ativos financeiros			108.566	108.566	53.896	53.896
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	10		13.061	13.061	4.476	4.476
Empréstimos e financiamentos (c)	11		319.453	319.453	331.429	331.429
Total dos passivos financeiros			332.514	332.514	335.905	335.905

Os dois níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo

Apuração dos valores justos:

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Contratos junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB que tem o valor justo similar ao valor contábil, tendo em vista as características contratuais para construção de infraestrutura específica.

20.2. Gerenciamento dos riscos financeiro

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

20.2.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou de contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Consolidado	31.12.2025	31.12.2024
Exposição ao risco de crédito		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	34.053	34.722
Títulos e valores mobiliários (a)	11.933	10.716
Clientes (b)	62.580	8.458
	108.566	53.896

- A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar os recursos financeiros em instituições bancárias federais ou em bancos privados com baixo risco de crédito, conforme rating local das principais agências classificadoras.
- Risco de perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, relacionado a fatores internos e externos. A companhia considera baixo esse risco de crédito pois possui histórico imaterial de perdas e, também, por manter contratos regulados com distribuidores de energia elétrica que, por regra do setor, mantém Contratos de Constituição de Garantias - CCG para cumprimento dos pagamentos. Além disso, possui contratos de venda de energia garantidos pela Conta de Energia de Reserva - CONER que é administrada pela CCEE. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois espera que o saldo seja compensado futuramente com débitos junto à CCEE.

20.2.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 4 anos. A partir de 2030, repetem-se os indicadores de 2029 até o horizonte da projeção.

Consolidado	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2025						
Fornecedores	13.049	—	12	—	—	13.061
Empréstimos e financiamentos	2.715	5.706	22.084	124.404	310.074	464.983
	15.764	5.706	22.096	124.404	310.074	478.044

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

20.2.3. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data das demonstrações financeiras, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável a Companhia considera os saldos atualizados com a variação dos indicadores (CDI/Selic – 12,25% e IPCA – 4,00%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2026 do Relatório Focus do Bacen. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários “1” e “2”, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2025		
		31.12.2025	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	11.933	13.395	13.030	12.664
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	Alta IPCA	(319.453)	(12.778)	(15.973)	(19.167)

20.2.4. Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica firmam um montante mensal de energia a ser entregue pelas usinas. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento e outros fatores como restrições de operação. O não atendimento do que está disposto no contrato, expõe o agente no mercado de curto prazo, comprometendo o resultado da Companhia no mês contabilizado. No ano de 2025 houve a publicação da Lei n° 15.269/2025 o que possibilitou um ressarcimento de *curtailment* conforme a NE n° 17.2.

20.3. Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

Endividamento	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Empréstimos e financiamentos	—	—	319.453	331.429
(-) Caixa e equivalentes de caixa	219	261	34.053	34.722
(-) Títulos e Valores Mobiliários - garantias de contratos de dívidas	—	—	11.933	10.716
Dívida líquida ajustada	(219)	(261)	273.467	285.991
Patrimônio líquido	178.661	149.521	178.661	149.521
Endividamento do patrimônio líquido ajustado	—	—	1,53	1,91

21. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros da Companhia estão demonstradas a seguir:

Consolidado	Término da vigência	Importância segurada			
		EOL POTIGUAR B141 SPE S.A	EOL POTIGUAR B142 SPE S.A	EOL POTIGUAR B143 SPE S.A.	VENTOS DE VILA PARAÍBA IV SPE S.A.
Riscos Operacionais	28.05.2027	226.173	226.294	226.453	224.110
Seguro D&O (a)	28.03.2027	192.584	192.584	192.584	192.584
Responsabilidade Civil Geral	28.04.2026	30.000	30.000	30.000	30.000
Seguro Cyber	08.05.2026	25.000	25.000	25.000	25.000

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia do dia 31.12.2025, de R\$ 5,5024.

22. Transações que não envolvem caixa

	31.12.2025	31.12.2024
Provisão para descomissionamento	(1.670)	2.676
Adições do direito de uso (a)	1.078	2.792
	(592)	5.468

(a) Reconhecimento teve como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamento (NE n° 12).

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração dos fluxos de caixa.

Curitiba, 31 de março de 2026

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO
REZENDE**

Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO

Diretor Administrativo-Financeiro

MICHAEL LUIZ DE SOUZA

Contador - CRC-PR-058084/O-0

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Ventos de Serra do Mel B S.A (Ventos de Serra do Mel), sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel), declaramos que:

- (I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações financeiras da Ventos de Serra do Mel de 31.12.2025; e
- (II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Ventos de Serra do Mel de 31.12.2025.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 31 de março de 2026

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO
REZENDE**
Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO
Diretor Administrativo-Financeiro



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de Serra do Mel B S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ventos de Serra do Mel B S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ventos de Serra do Mel B S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Ventos de Serra do Mel B S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Ventos de Serra do Mel B S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 31 de março de 2026

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Bruno Guedes Monteiro'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Bruno Guedes Monteiro
Contador CRC 1RJ118070/O-0



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

